



Ata nº 045 da Sessão Ordinária nº 046, de  
12 de agosto de 2014.

Às nove horas do dia doze de agosto de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II do Artigo 72 do RI/TCM. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". **Leitura de Expediente da Presidência:** o Secretário-Geral do TCM procedeu a seguinte Leitura Plenária: "O Ministério Público Federal participou ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará que foi ajuizada Ação de Impugnação de Registro de Candidatura em desfavor de Antônio da Silva e Silva (Prof. Antônio Neto) e Rosilane Socorro Evangelista da Silva (Rosilane Evangelista)". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 031/14 e 032/2014. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 320012006-00; Prefeitura Municipal de Igarapé Açu**; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Vicente de Paula Pedrosa da Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Vicente de Paula Pedrosa da Silva, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, II da Lei Complementar nº 25/1994, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$- 679.732,02 (seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e dois centavos), pela conta "Agente Ordenador"; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1410012004-00; Prefeitura Municipal de Quatipuru**; Prestação de Contas – Exercício 2004; Responsável: Ranulfo Teixeira Cavalcante (falecido); Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando a Câmara Municipal de Quatipuru a não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade do Sr. Ranulfo Teixeira Cavalcante, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, incisos II e III da Lei*



39 *Complementar nº 25/1994, imputando ao espólio o pagamento do débito de R\$-62.607,70 (sessenta e*  
40 *dois mil, seiscentos e sete reais e setenta centavos), pela conta "Agente Ordenador".* **Em votação:** O  
41 Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. **Processo nº 1150012009-00; Prefeitura**  
42 **Municipal de Ipixuna do Pará;** Prestação de Contas de Governo – Exercício 2009; Responsável:  
43 Evaldo Oliveira da Cunha; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina  
44 Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.**  
45 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
46 manifestou-se pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi  
47 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**, em síntese, pela emissão de  
48 parecer prévio favorável a aprovação das contas, com ressalvas. **Em votação:** O Conselheiro Aloísio  
49 Chaves pediu VISTA dos autos. Às dez horas e dez minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a  
50 Presidência da Sessão. **Processo nº 1150012009-00; Prefeitura Municipal de Ipixuna do**  
51 **Pará;** Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2009; Responsável: Evaldo Oliveira da Cunha;  
52 Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:  
53 Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo  
54 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
55 pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia  
56 dos autos ao Ministério Público do Estado. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro  
57 Relator proferiu seu **VOTO**, em síntese, pela emissão de parecer prévio favorável a aprovação das  
58 contas, com ressalvas, aplicação de multa ao FUMREAP e recolhimentos aos Cofres Municipais. **Em**  
59 **votação:** O Conselheiro Aloísio Chaves pediu VISTA dos Autos. Ausência, por ocasião de votação,  
60 do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 840012009-00; Prefeitura Municipal de**  
61 **Tucuruí;** Prestação de Contas de Governo – Exercício 2009; Responsável: Sancler Antonio  
62 Wanderley Ferreira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;  
63 Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo  
64 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A  
65 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
66 **unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada. Ausência, por ocasião de votação, do  
67 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 840012009-00; Prefeitura Municipal de**  
68 **Tucuruí;** Prestação de Contas de Gestão – Exercício 2009; Responsável: Sancler Antonio Wanderley  
69 Ferreira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
70 Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo  
71 regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi  
72 colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
73 autorizar a reabertura solicitada. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos  
74 Araújo. **Processo nº 840042009-00 ; Fundo Municipal de Saúde de Tucuruí;** Prestação de  
75 Contas – Exercício 2009; Responsável: Jane Sheila Vaz Rodrigues; Instrução: 2ª Controladoria;  
76 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo  
77 dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A  
78 matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**



79 **unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada. Ausência, por ocasião de votação, do  
80 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1170012007-00; Prefeitura Municipal de Nova**  
81 **Esperança do Piriá; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Francisco de Souza**  
82 **Soares; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;**  
83 **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
84 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio  
85 contrário a aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público  
86 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
87 Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer  
88 prévio recomendando a Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá, a reprovação da prestação de  
89 contas, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Francisco de Souza Soares, por  
90 estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, “c” e “d”, da Lei Complementar 84/2012, com o  
91 encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de  
92 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 320022006-00; Câmara Municipal de**  
93 **Igarapé Açu; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Dilson Cleber Tavares Melo;**  
94 **Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado**  
95 **no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
96 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com  
97 recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi  
98 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação das contas da*  
99 *Câmara Municipal de Igarapé-Açu, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Dilson Cleber Tavares Melo,*  
100 *por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, II da Lei Complementar n.º 25/1994. O citado Ordenador deve*  
101 *proceder os seguintes recolhimentos: - Aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias: 1. R\$-29.440,56*  
102 *(vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), pelo pagamento de subsídios*  
103 *aos Vereadores, em desacordo com o ato fixador – Resolução n.º 05/1996; 2. R\$-1.421,65 (hum mil,*  
104 *quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos), pela conta “Agente Ordenador”; 3. R\$-2.156,00*  
105 *(dois mil, cento e cinquenta e seis reais), pelo pagamento de subsídio ao Presidente da Câmara, em*  
106 *desacordo com o limite disposto no Art. 29, VI, “b” da CF/1988 (30% do subsídio do Deputado Estadual); 4.*  
107 *Multa de R\$-12.450,00 (doze mil, quatrocentos e cinquenta reais), com fundamento no Art. 5º, I, § 1º e 2º*  
108 *da Lei Federal n.º 10.028/2000, pelo atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, correspondendo tal*  
109 *valor, ao percentual de 30% dos vencimentos anuais do Ordenador (R\$-41.500,00). Ao FUMREAP, de*  
110 *conformidade com o Art. 3º, III da Lei n.º 7.368, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Multa de R\$-*  
111 *3.010,00 (três mil e dez reais), com fundamento no Art. 120-B, IV do RI/TCM, pelo atraso na remessa da*  
112 *documentação quadrimestral, em prazo superior a 90 (noventa) dias. Cópia dos autos deve ser encaminhada*  
113 *ao Ministério Público Estadual”.* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar  
114 Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro Sérgio Leão acompanharam o Relator, na  
115 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A  
116 Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das  
117 contas da Câmara Municipal de Igarapé-Açu, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Dilson  
118 Cleber Tavares Melo, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, II da Lei Complementar nº  
119 25/1994, com os seguintes recolhimentos: - aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.



R\$-29.440,56 (vinte e nove mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos), pelo pagamento de subsídios aos Vereadores, em desacordo com o ato fixador – Resolução nº 05/1996; 2. R\$-1.421,65 (hum mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos), pela conta "Agente Ordenador"; 3. R\$-2.156,00 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais), pelo pagamento de subsídio ao Presidente da Câmara, em desacordo com o limite disposto no Art. 29, VI, "b" da CF/1988 (30% do subsídio do Deputado Estadual); 4. Multa de R\$-12.450,00 (doze mil, quatrocentos e cinquenta reais), com fundamento no Art. 5º, I, § 1º e 2º da Lei Federal nº 10.028/2000, pelo atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal, correspondendo tal valor ao percentual de 30% dos vencimentos anuais do Ordenador (R\$-41.500,00); cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Multa de R\$-3.010,00 (três mil e dez reais), com fundamento no Art. 120-B, IV do RI/TCM, pelo atraso na remessa da documentação quadrimestral, em prazo superior a 90 (noventa) dias. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 10: **Processo nº 320042006-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Igarapé – Açú – SAAE de Igarapé Açú; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Paulo Sérgio da Costa Carrera; Instrução: 6º Controladoria; Ministério Público: Procuradora – Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Igarapé-Açu, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Paulo Sérgio da Costa Carrera, por estarem regulares, nos termos do Art. 51 da Lei Complementar nº 25/1994. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 320072006-00; FUNDEF de Igarapé Açú; Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Antonio Agostinho Abdoral Lopes – Secretário Municipal de Educação; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do FUNDEF do Município de Igarapé- Açú, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Antônio Agostinho Abdoral Lopes, Secretário Municipal de Educação, por estarem irregulares, nos termos do Art. 52, II da Lei Complementar nº 25/1994, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da quantia de R\$-488.696,92 (quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), pela conta "Agente Ordenador"; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 320052006-00; Fundo Municipal de**





160 **Saúde de Igarapé Açu;** Prestação de Contas – Exercício 2006; Responsável: Fausto Barata  
161 Amanajás – Secretário Municipal de Saúde; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público:  
162 Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº**  
163 **32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
164 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento  
165 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O  
166 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
167 **unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Igarapé-  
168 Açu, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Fausto Barata Amanajás, por estarem irregulares,  
169 nos termos do Art. 52, II da Lei Complementar nº 25/1994, com o recolhimento aos Cofres  
170 Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes quantias: 1. R\$-1.255.304,48 (hum milhão,  
171 duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quatro reais e quarenta e oito centavos), pela conta  
172 “Agente Ordenador”; 2. R\$-120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais), pela não comprovação  
173 e não patrimonialização do bem adquirido para Unidade Móvel de Saúde Odontológica, referente ao  
174 veículo Caminhão/Ambulância, placa: JUY3257, chassi 93ZC3890168324093, ano: 2006/2006, diesel,  
175 cor: branca; cópia dos autos encaminhada ao Ministério Público Estadual. Ausência, por ocasião de  
176 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o  
177 julgamento do processo de nº 09: **Processo nº 1030022009-00; Câmara Municipal de São**  
178 **João de Pirabas;** Prestação de Contas – Exercício 2009; Responsável: Jorge Maurício da Silva  
179 Ramos; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:  
180 Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo  
181 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não  
182 aprovação das contas, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
183 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.**  
184 A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação das  
185 contas, com recolhimento, na forma do voto do Relator. Ausência, por ocasião de votação, do  
186 Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do  
187 processo de nº 13: **Processo nº 14272013-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e**  
188 **do Adolescente de Abaetetuba;** Prestação de Contas – Exercício 2013; Responsável: Osvaldo  
189 Antônio Maués Quaresma; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina  
190 Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.**  
191 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
192 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
193 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**  
194 decidiu pela aprovação das contas, na forma do voto do Relator. Ausência, por ocasião de votação,  
195 do Conselheiro José Carlos Araújo. Às onze horas e cinco minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo  
196 assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 524942010-00; Fundo Municipal de Educação**  
197 **de Oeiras/ FUNDEB;** Prestação de Contas – Exercício 2010; Responsável: Edivaldo Nabiça Leão;  
198 Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator:  
199 Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Retirado de Pauta.



**Processo nº 630042007-00; Fundo Municipal de Saúde de Rio Maria; Prestação de Contas – Exercício - 2007; Responsável: Ivonete Carvalho Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, com aplicação de multa ao FUMREAP, na forma do voto do Relator. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 840052009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tucuruí; Prestação de Contas – Exercício 2009; Responsável: Eliane Alves da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. **Processo nº 840042007-00; Fundo Municipal de Saúde de Tucuruí; Prestação de Contas – Exercício 2007; Responsável: Cláudio Furman; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**, em síntese, pela não aprovação das contas, com recolhimentos aos Cofres Municipais, aplicação de multa ao FUMREAP e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas, com recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, **por maioria**, com aplicação de multa ao FUMREAP, na forma do voto do Relator. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 140172008-00; Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA; Prestação de Contas – Exercício 2008; Responsável: Maria Regina Cunha; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas da Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, exercício de 2008, devendo a Ordenadora de despesas Maria Silva da Costa, recolher ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), na forma prevista no Art. 120-B, IV do RI/TCM/PA, após o que será expedido o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-46.015.280,40 (quarenta e seis milhões, quinze mil, duzentos e oitenta



reais e quarenta centavos)”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Sérgio Leão e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, a íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas da Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA, exercício de 2008, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, da multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), na forma prevista no Art. 120-B, IV do RI/TCM/PA, após o que será expedido o respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$ 46.015.280,40 (quarenta e seis milhões, quinze mil, duzentos e oitenta reais e quarenta centavos). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 1330052005-00; Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá;** Prestação de Contas - Exercício 2005; Responsável: Albenor Bezerra Pontes; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, devendo ser encaminhada cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 343982009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Inhangapi;** Prestação de Contas – Exercício 2009; Responsável: Midori Oki Igacihalaguti; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014** Retirado de pauta. **Processo nº 991982004-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Rurópolis;** Prestação de Contas – Exercício 2004; Responsável: Maria Glauciene Gomes Genuino; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio Leão. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 2008116626-00; Prefeitura Municipal de Palestina do Pará;** Recurso de Reconsideração – Exercício 2000; Responsável: José Alves Batista; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento do Recurso, na forma do voto do Relator. **Processo nº 201404200-00; Câmara Municipal de Garrafão do Norte;** Recurso Ordinário – Exercício 2001; Responsável: Vicente Teixeira de Lima; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez; Relator: Conselheiro Cezar Colares. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A



matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e não provimento do Recurso, na forma do voto do Relator. **Processo nº 201212081-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tucuruí**; Embargos de declaração (Acórdão nº 21.036/2011) – Exercício 2006; Responsável: Cláudio Fruman; Instrução: 3ª Controladoria; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Retirado de Pauta. **Processo nº 200804966-00; Centro Comunitário São Francisco de Assis**; Prestação de Contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 065/06, firmado com a FUNPAPA; Responsável: Maria José Simões; Instrução: 4º Controladoria Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Centro Comunitário São Francisco de Assis, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 040/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-12.254,40 (doze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos). **Processo nº 200807752-00; Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor**; Prestação de contas do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 040/06, firmado com a FUNPAPA; Responsável: Estella Helena Bacellar Cruz; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 040/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do respectivo Alvará de Quitação no valor de R\$-110.289,60 (cento e dez mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos). **Processo nº 200805838-00; Grupo Assistencial Solar do Acalanto**; Prestação de Contas do Segundo Termo aditivo ao Convênio nº 044/06, firmado com a FUNPAPA; Responsável: Ana Maria Nascimento Araújo; Instrução: 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas do Grupo Assistencial Solar do Acalanto, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 044/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ 24.508,80 (vinte e quatro mil, quinhentos e oito reais e oitenta centavos). **Processo nº 200906119-00; Associação dos Idosos do Pará**; Prestação de Contas do Terceiro Termo aditivo ao Convênio nº 039/06, firmado com a FUNPAPA; Responsável: Ana Maria Nascimento Araújo; Instrução: 4º Controladoria; Ministério Público:





Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Associação dos Idosos do Pará, referente ao Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 039/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ 19.440,00 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais). **Processo nº 200807511-00; Creche Escola Comunitária Dialética do Pará;** Prestação de Contas do Segundo Termo aditivo ao Convênio nº 070/06, firmado com a FUNPAPA; Responsável: José Olavo Ferreira Filho; Instrução: 4º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José. **Publicado no DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da prestação de contas da Creche Escola Comunitária Dialética do Pará, referente ao Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 070/2006, firmado com a Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA/PMB, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$ 21.036,72 (vinte e um mil, trinta e seis reais e setenta e dois centavos). Em seguida, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 201004085-00; Associação dos Amigos da Terra Firme;** Prestação de Contas do Convênio nº 014/2010, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Heraldo Maria Silva Coelho; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de Decisão: Auditor José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**: *"pela aprovação das contas da Associação dos Amigos da Terra Firme, referente ao Convênio nº 014/2010, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 49.320,00 (quarenta e nove mil, trezentos e vinte reais), em favor do responsável, Sr. Heraldo Maria Silva Coelho"*. **Em votação**: o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Associação dos Amigos da Terra Firme, referente ao Convênio nº 014/2010, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-49.320,00 (quarenta e nove mil, trezentos e vinte reais) em favor do responsável, Sr. Heraldo Maria Silva Coelho. **Processo nº 201004107-00; Centro Comunitário Educacional São Francisco de Assis;** Prestação de Contas do Convênio nº 028/2010, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Maria José Simões; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator convocado para apresentar proposta de Decisão: Auditor José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos



Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela aprovação das contas do Centro Comunitário Educacional São Francisco de Assis, referente ao Convênio nº 028/2010/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-37.440,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais), em favor da responsável, Sra. Maria José Simões*”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Centro Comunitário Educacional São Francisco de Assis, referente ao Convênio nº 028/2010/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$-37.440,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais), em favor da responsável, Sra. Maria José Simões. **Processo nº 201004634-00; Centro Catequético de Promoção Humana Santa Izabel da Hungria;** Prestação de Contas do Convênio nº 033/2010, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: José Nilton Leandro da Costa; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposição de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela aprovação das contas do Centro Catequético de Promoção Humana Santa Izabel da Hungria, referente ao Convênio nº 033/2010/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-18.240,00 (dezoito mil, duzentos e quarenta reais), em favor do responsável, Sr. José Nilton Leandro da Costa*”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Centro Catequético de Promoção Humana Santa Izabel da Hungria, referente ao Convênio nº 033/2010/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-18.240,00 (dezoito mil, duzentos e quarenta reais), em favor do responsável, Sr. José Nilton Leandro da Costa. **Processo nº 201004665-00; Associação Projeto Reviver;** Prestação de Contas do Convênio nº 025/2010, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Filomena Maria Abreu Neves; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela aprovação das contas da Associação Projeto Reviver, referente ao Convênio nº. 025/2010/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com*



a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais), em favor da responsável, Sra. Filomena Maria Abreu Neves" **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Associação Projeto Reviver, referente ao Convênio nº 025/2010/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais), em favor da responsável, Sra. Filomena Maria Abreu Neves. **Processo nº 201104628-00; Fundação Dionísio Hage;** Prestação de Contas do Convênio nº 022/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Aurea Celeste Serruya Hage; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** "pela aprovação das contas da Fundação Dionísio Hage, referente ao Convênio nº 022/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-33.000,00 (trinta e três mil reais), em favor da responsável, Sra. Aurea Celeste Serruya Hage". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Fundação Dionísio Hage, referente ao Convênio nº 022/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-33.000,00 (trinta e três mil reais), em favor da responsável, Sra. Aurea Celeste Serruya Hage. **Processo nº 201104629-00; Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor;** Prestação de Contas do Convênio nº 003/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Estella Helena Bacellar Cruz; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** "pela aprovação das contas da Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor, referente ao Convênio nº 03/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais), em favor da responsável, Sra. Estella Helena Bacellar Cruz". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O



Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Sociedade Beneficente e Cooperativista Cristo Redentor, referente ao Convênio nº 03/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais), em favor da responsável, Sra. Estella Helena Bacellar Cruz. **Processo nº 201104630-00; Sociedade Unidos Venceremos;** Prestação de Contas do Convênio nº 030/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Estella Helena Bacellar Cruz; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** *"pela aprovação das contas da Sociedade Unidos Venceremos, referente ao Convênio nº 030/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-41.040,00 (quarenta e um mil e quarenta reais), em favor da responsável, Sra. Domingas Neris Martins Quinto".* **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Sociedade Unidos Venceremos, referente ao Convênio nº 030/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-41.040,00 (quarenta e um mil e quarenta reais), em favor da responsável, Sra. Domingas Neris Martins Quinto. **Processo nº 201104631-00; Grupo Assistencial Solar do Acalanto;** Prestação de Contas do Convênio nº 004/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Estella Helena Bacellar Cruz; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** *"pela aprovação das contas da Grupo Assistencial Solar do Acalanto, referente ao Convênio nº 004/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-30.120,00 (trinta mil, cento e vinte reais), em favor da responsável, Sra. Ana Maria Nascimento Araújo".* **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Grupo Assistencial Solar do Acalanto, referente ao Convênio nº 004/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-30.120,00 (trinta mil, cento e vinte reais), em favor da responsável, Sra. Ana Maria Nascimento Araújo. **Processo nº 201104636-00; Sociedade Civil Perpetuo Socorro;** Prestação de Contas do Convênio nº 034/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Manoel





480 Darci Dias; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da  
481 Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha  
482 (Conselheiro José Carlos Araújo). Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014. Cumprindo  
483 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
484 pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua  
485 proposta de **Decisão:** "*pela aprovação das contas da Sociedade Civil Perpetuo Socorro, referente ao*  
486 *Convênio nº. 034/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição*  
487 *do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais) em*  
488 *favor do responsável, Sr. Manoel Darci Dias*". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os  
489 termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio  
490 Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares,  
491 Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
492 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Sociedade Civil Perpetuo Socorro,  
493 referente ao Convênio nº 034/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-  
494 26.160,00 (vinte e seis mil, cento e sessenta reais), em favor do responsável, Sr. Manoel Darci Dias.  
495 **Processo nº 201104641-00; Centro Educacional Cultural São Jerônimo;** Prestação de  
496 Contas do Convênio nº 040/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Maria Celeste Simaes;  
497 Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva;  
498 Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José  
499 Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental,  
500 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do  
501 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** "*pela*  
502 *aprovação das contas do Centro Educacional Cultural São Jerônimo, referente ao Convênio nº.*  
503 *040/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do*  
504 *competente Alvará de Quitação no valor de R\$-37.440,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta*  
505 *reais), em favor da responsável, Sra. Maria Celeste Simaes*". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos  
506 Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo  
507 Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar  
508 Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
509 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Centro Educacional Cultural São  
510 Jerônimo, referente ao Convênio nº 040/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no  
511 valor de R\$-37.440,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais), em favor da responsável,  
512 Sra. Maria Celeste Simaes. **Processo nº 201104643-00; Associação dos Moradores Morada**  
513 **de Deus I e II;** Prestação de Contas do Convênio nº 012/2011, firmado com a PMB/SEMEC;  
514 Responsável: Maria do Socorro Queiroz Ferreira; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público:  
515 Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta  
516 de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº**  
517 **32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
518 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**  
519 **discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** "*pela aprovação das contas da*



520 *Associação dos Moradores Morada de Deus I e II , referente ao Convênio nº 012/2011/SEMEC, visto que*  
521 *as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no*  
522 *valor de R\$ 30.120,00 (trinta mil, cento e vinte reais), em favor da responsável, Sra. Maria do Socorro*  
523 *Queiroz Ferreira".* **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de  
524 decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel  
525 Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e  
526 Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu  
527 pela aprovação das contas da Associação dos Moradores Morada de Deus I e II, referente ao  
528 Convênio nº 012/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-30.120,00  
529 (trinta mil, cento e vinte reais) em favor da responsável, Sra. Maria do Socorro Queiroz Ferreira.  
530 **Processo nº 201104644-00; Associação Sócio Cultural Parceria; Prestação de Contas do**  
531 **Convênio nº 029/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Sr. Carlos Nonato de Oliveira**  
532 **Ribeiro; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da**  
533 **Silva; Relator: Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha**  
534 **(Conselheiro José Carlos Araújo). Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo  
535 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
536 pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua  
537 proposta de **Decisão:** "pela aprovação das contas da Associação Sócio - Cultural Santa Parceria,  
538 referente ao Convênio nº 029/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a  
539 consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-83.160,00 (oitenta e três mil,  
540 cento e sessenta reais), em favor do responsável, Sr. Carlos Nonato de Oliveira Ribeiro". **Em votação:** o  
541 Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi  
542 acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia,  
543 Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência  
544 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da  
545 Associação Socio-Cultural Santa Parceria, referente ao Convênio nº 029/2011/SEMEC, com a  
546 expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-83.160,00 (oitenta e três mil, cento e sessenta  
547 reais), em favor do responsável, Sr. Carlos Nonato de Oliveira Ribeiro.  
548 **Processo nº 201104667-00; Centro Comunitário Educacional São Francisco de Assis;**  
549 **Prestação de Contas do Convênio nº 028/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Maria**  
550 **José Simões; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame**  
551 **da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha**  
552 **(Conselheiro José Carlos Araújo). Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo  
553 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
554 pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua  
555 proposta de **Decisão:** "pela aprovação das contas do Centro Comunitário Educacional São Francisco de  
556 Assis, referente ao Convênio nº 028/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de  
557 R\$-37.440,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), em favor da responsável, Sra.  
558 Maria José Simões". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta  
559 de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro



Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Centro Comunitário Educacional São Francisco de Assis, referente ao Convênio nº 028/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-37.440,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), em favor da responsável, Sra. Maria José Simões. **Processo nº 201104680-00; Centro Comunitário a União faz a Força;** Prestação de Contas do Convênio nº 005/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: João Vieira Cavalcante; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela aprovação das contas do Centro Comunitário a União Faz a Força, referente ao Convênio nº 005/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-45.960,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais), em favor do responsável, Sr. João Vieira Cavalcante*”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Centro Comunitário a União Faz a Força, referente ao Convênio nº 005/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-45.960,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais), em favor do responsável, Sr. João Vieira Cavalcante. **Processo nº 201104681-00; Associação de Pais e Educadores Moaraná;** Prestação de Contas do Convênio nº 032/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Antônio de Sousa Vito; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela aprovação das contas da Associação de Pais e Educadores Moaraná, referente ao Convênio nº. 032/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais), em favor do responsável, Sr. Antônio de Sousa Vito*”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da Associação de Pais e Educadores Moaraná, referente ao Convênio nº 032/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais), em favor do responsável, Sr. Antônio de Sousa Vito. **Processo nº 201104682-00; Centro Comunitário Sol Nascente;** Prestação de Contas do Convênio nº 038/2011, firmado com a



PMB/SEMEC; Responsável: Maria Petrolina Bentes Dias; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** "*pela aprovação das contas do Centro Comunitário Sol Nascente, referente ao Convênio nº 038/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$-63.720,00 (sessenta e três mil, setecentos e vinte reais), em favor da responsável, Sra. Maria Petrolina Bentes Dias*". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Centro Comunitário Sol Nascente, referente ao Convênio nº 038/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-63.720,00 (sessenta e três mil, setecentos e vinte reais), em favor da responsável, Sra. Maria Petrolina Bentes Dias. **Processo nº 201104694-00; União dos Amigos do Bairro da Sacramento;** Prestação de Contas do Convênio nº 018/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Maria Nilva Ramos de Alcantara Pereira; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** "*pela aprovação das contas da União Dos Amigos do Bairro da Sacramento, referente ao Convênio nº 018/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 33.480,00 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta reais) em favor da responsável, Sra. Maria Nilva Ramos de Alcântara Pereira*". **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas da União Dos Amigos do Bairro da Sacramento, referente ao Convênio nº 018/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-33.480,00 (trinta e três mil, quatrocentos e oitenta reais), em favor da responsável, Sra. Maria Nilva Ramos de Alcântara Pereira. **Processo nº 201105811-00; Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita;** Prestação de Contas do Convênio nº 044/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Lucival Santana da Silva; Instrução: 7º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo). **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em**





640 **discussão.** O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela aprovação das contas do Centro*  
641 *Comunitário dos Amigos de Santa Rita, referente ao Convênio nº 044/2011/SEMEC, visto que as mesmas*  
642 *encontram-se regulares, com a consequente expedição do competente Alvará de Quitação no valor de*  
643 *R\$-18.840,00 (dezoito mil, oitocentos e quarenta reais), em favor do responsável, Sr. Lucival Santana da*  
644 *Silva.”. Em votação:* o Conselheiro José Carlos Araújo ratificou os termos da proposta de decisão  
645 apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda,  
646 Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares, Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio  
647 Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das  
648 contas do Centro Comunitário dos Amigos de Santa Rita, referente ao Convênio nº  
649 044/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-18.840,00 (dezoito mil,  
650 oitocentos e quarenta reais), em favor do responsável, Sr. Lucival Santana da Silva. **Processo nº**  
651 **201108133-00; Centro Social e Cultural Dr. Osvaldo Melo; Prestação de Contas do Convênio**  
652 **nº 024/2011, firmado com a PMB/SEMEC; Responsável: Aginaldo Neves Silva; Instrução: 7º**  
653 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Auditor convocado**  
654 **para apresentar proposta de Decisão: José Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo).**  
655 **Publicado do DOE nº 32.702, de 08.08.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
656 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A  
657 matéria foi colocada **em discussão.** O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão:** “*pela*  
658 *aprovação das contas do Centro Social e Cultural Dr. Osvaldo Melo, referente ao Convênio nº.*  
659 *024/2011/SEMEC, visto que as mesmas encontram-se regulares, com a consequente expedição do*  
660 *competente Alvará de Quitação no valor de R\$-41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais), em*  
661 *favor do responsável, Sr. Aginaldo Neves Silva.”. Em votação:* o Conselheiro José Carlos Araújo  
662 ratificou os termos da proposta de decisão apresentada, no que foi acompanhado pelo Conselheiro  
663 Aloísio Chaves, Conselheiro Daniel Lavareda, Conselheira Mara Lúcia, Conselheiro Cezar Colares,  
664 Conselheiro Antonio José e Conselheiro Sérgio Leão. A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
665 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas do Centro Social e Cultural Dr. Osvaldo  
666 Melo, referente ao Convênio nº 024/2011/SEMEC, com a expedição do Alvará de Quitação no valor  
667 de R\$-41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais), em favor do responsável, Sr. Aginaldo  
668 Neves Silva. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão.  
669 **Processo nº 201304295-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de**  
670 **Belém - IPAMB; Aposentadoria – Portaria nº 275/2013, de 26.02.2013; Interessada: Raimunda**  
671 **Rodrigues Mâncio; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel**  
672 **Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos  
673 autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
674 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
675 decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201307075-00; Instituto de Previdência do**  
676 **Município de Castanhal - IPAMC; Aposentadoria – Portaria nº 035/2013, de 10.05.2013 ;**  
677 **Interessada: Rosa Helena Macedo da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;**  
678 **Relator: Conselheiro Daniel Lavareda.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
679 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**



680 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
681 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201311570-00; Instituto**  
682 **de Previdência do Município de Castanhal - IPAMC;** Aposentadoria – Portaria nº 060/2013, de  
683 15.07.2013; Interessada: Maria do Socorro Silva Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
684 Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
685 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi  
686 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a  
687 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201304188-00;**  
688 **Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB;** Pensão – Portaria  
689 nº 02658/2013, de 25.02.2013; Interessados: Silvana C. Ferreira, Felipe C. Ferreira, Rafaela C.  
690 Ferreira e Fernando Douglas C. Ferreira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;  
691 Relator: Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
692 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**  
693 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
694 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201300133-00; Instituto**  
695 **de Previdência e Assistência do Município de Belém;** Aposentadoria – Portaria nº 1668/2012,  
696 de 07.12.2012 – Revisão de Proventos; Interessada: Manulia Muriel Yared; Ministério Público:  
697 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo  
698 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro  
699 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A  
700 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº  
701 1668/2012-GP/IPAMB, de 07/12/12, afetando consequentemente o registro anterior. **Processo nº**  
702 **201207061-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema;**  
703 Pensão – Resolução nº 020/12, de 05.08.13; Interessada: Margarina Nascimento de Oliveira, Viúva  
704 do ex- servidor Inativo Raimundo Viana de Oliveira; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
705 Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público  
706 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada  
707 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
708 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201304861-00; Prefeitura**  
709 **Municipal de Dom Eliseu;** Nomeação de Aprovados no Concurso Público nº 001/2011;  
710 Interessado: José Onofre Batista e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;  
711 Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
712 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**  
713 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
714 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelos registros dos Atos. **Processo nº 201304861-00;**  
715 **Prefeitura Municipal de Dom Eliseu;** Nomeação de Aprovados no Concurso Público nº 001/2011;  
716 Interessado: José Onofre Batista e outros; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha;  
717 Relator: Conselheiro Antonio José. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
718 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelos registros dos Atos. A matéria foi colocada **em**  
719 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O



Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelos registros dos Atos. **Processo nº 201020837-00; FMS de Ananindeua;** Contratos Temporários firmados com Abimael Cruz Silva e outros; Responsável: Hildegardo de Figueiredo Nunes - Secretário; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Auditora convocada para apresentar proposição de Decisão: Adriana Oliveira (Conselheiro Cezar Colares). Retirado de Pauta. **Processo nº 201003285-00; Prefeitura Municipal de Castanhal;** Subsídios – 2010 – Lei nº 002/2010, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais; Responsável: Hélio Leite da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator Conselheiro Antonio José, com pedido de Vista ao Conselheiro Cezar Colares, na Sessão do dia 21.06.2012. Retirado de Pauta. **Processo nº 201315515-00; Câmara Municipal de Anapu;** Subsídio – Lei Municipal nº 193/2012, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais; Responsável: Romero Batista de Medeiros; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei Municipal nº 193/2012, sancionada em 03.09.12, encaminhada pela Câmara Municipal de Anapu, que fixa os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, para a legislatura 2013-2016, nos valores já referenciados, assim como a aplicação de multa em seu percentual mínimo, no importe de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), em desfavor do então Prefeito Francisco de Assis dos Santos Sousa, nos termos e fundamentos indicados no voto. **Processo nº 201402630-00; Câmara Municipal de Brasil Novo;** Diária – Resolução nº 001/2013, de 15.02.2013; Responsável: Lindomar Carvalho Garcia; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/2013, aprovada pela Câmara Municipal de Brasil Novo, que fixa o valor das diárias de viagem dos vereadores e servidores a partir de 15.02.13, com a aplicação de multa em seu percentual mínimo, no importe de R\$-3.001,00 (três mil e um reais), em desfavor do então Presidente da Câmara Municipal, Vereador Lindomar Carvalho Garcia, nos termos e fundamentos indicados no voto. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201008110-00; Câmara Municipal de São Felix do Xingu;** Diária – Resolução nº 001/2010, de 06.04.2010; Responsável: Sercino Evangelista Cristo; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Resolução nº 001/2010, aprovada pela Câmara Municipal de São Félix do Xingu, que fixa o valor das diárias de viagem dos vereadores e servidores a partir de 06.04.10. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201216021-00; Câmara Municipal de Terra Santa;** subsídio -



2012 – Resolução nº 001/2012, que fixa os subsídios dos Vereadores; Responsável: Luis Manoel Pantoja Ferreira; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201321130-00; Município de Vitória do Xingu**; Denúncia; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão, para conhecimento, nos termos do § 2º, do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela admissibilidade da Denúncia. **Processo nº 201407353-00; Município de Vitória do Xingu**; Denúncia; Instrução: 3º Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Relatora apresentou ao Plenário sua decisão fundamentada e justificada, para deliberação, nos termos do § 3º, do Art. 292 do RI/TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu homologar a Decisão da Conselheira Relatora pela não admissibilidade da Denúncia.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** A Conselheira Mara Lúcia pediu a palavra para apresentar ao Plenário o seguinte processo: **Processo nº 201411491-00; Secretaria Municipal de Finanças de Santarém**; Recurso de Revisão, com pedido de efeito suspensivo (201412491-00); Responsável: Rosilane Socorro Evangelista da Silva; Instrução: 3ª Controladoria; Relatora: Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela concessão excepcional do efeito suspensivo ao Pedido de Revisão, interposto nos autos do Processo nº 201406259-00 (201412491-00), com as recomendações constantes no voto da Conselheira Relatora. O Conselheiro José Carlos Araújo pediu a palavra para apresentar ao Plenário voto de pesar pelo falecimento da Sra. Iracelis de Jesus Souza Dias, mãe da Auditora desta Casa, Adriana Oliveira, ocorrido no último dia onze de agosto, no que foi acompanhado pelos Conselheiros presentes a Sessão, Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antônio José e Sérgio Leão, bem como pela Procuradora Chefe do Ministério Público, Maria Inez Gueiros. A Presidência, **à unanimidade**, determinou a imediata comunicação da aprovação do voto de profundo pesar, registrado em Ata, à família enlutada. Em seguida, o Conselheiro José Carlos Araújo convidou os Conselheiros para a Reunião Administrativa que será realizada na próxima quinta-feira, dia 14 de agosto, após a Sessão





797 Plenária. **ENCERRADA** a presente Sessão, às doze horas e cinquenta e três minutos da qual foi  
798 lavrada a presente Ata.

799 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em doze de agosto de  
800 dois mil e quatorze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**  
Presidente da Sessão

Conselheira Vice - Presidente **Mara Lúcia**  
Presidente da Sessão

